

Integração
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração 2019

A Administração da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA ("Companhia" ou "INTESA"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Financeiras, com as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Histórico

Em 15 de agosto de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL divulgou o edital 001/2005, referente ao leilão de concessões de exploração de Linhas de Transmissão. O Leilão ocorreu em 17 de novembro de 2005 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Visando participar do referido Leilão, as Empresas ELETRONORTE, CHESF, ENGEVIX e o FIP Brasil Energia, constituíram o Consórcio Integração que ofertou o lance vencedor da concessão para explorar o conjunto de linhas de transmissão e subestações constantes do "Lote B" (interligação Norte – Sul III, Trecho 2).

A Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA foi constituída pelos membros do consórcio Integração em 20 de dezembro de 2005, com propósito específico de explorar a referida concessão, e com a seguinte participação acionária: Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia – FIP com 48%; Engevix Engenharia S.A. com 3% de participação; Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF com 12%; e, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte com participação de 37% do empreendimento.

Com a assinatura do contrato 002/2006 entre a INTESA e a ANEEL realizada em 27 de abril de 2006, todos os direitos e as obrigações referentes ao andamento do negócio foram formalizados e, portanto, a INTESA assumiu a responsabilidade de gerenciar o seu negócio de maneira a cumprir todos os marcos contratuais e o planejamento para tornar disponível a prestação de serviço de energia elétrica.

Em 7 de abril de 2008, o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia adquiriu a totalidade das ações de propriedade da ENGEVIX, aumentando sua participação societária na INTESA para 51%, permanecendo a ELETRONORTE com 37% e a CHESF com 12%.

A data do início da operação comercial do empreendimento foi em 30 de maio de 2008.

Em 19 de dezembro de 2017, a Equatorial Energia S.A. adquiriu a totalidade das ações de propriedade do Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (51%).

Em 28 de dezembro de 2018, a Equatorial Energia S.A. concluiu a operação de aquisição ações ordinárias de emissão da Intesa, representativas de 49% de seu capital total, passando a ser titular de 100% do capital total da Companhia.

2. Empreendimento

Contando com 5 subestações e 695 Km de linhas de transmissão a LT 500 kV Interligação Norte Sul III – Lote B, atravessa 25 municípios, sendo cerca de 642 Km no Estado do Tocantins e 53 Km no Estado de Goiás.

Por meio do Decreto s/nº, de 3 de abril de 2006, publicado no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2006, a INTESA recebeu a outorga para exploração do empreendimento, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 27 de abril de 2006, data de assinatura do Contrato de Concessão.

3. Licenciamento Ambiental

A Companhia atendeu as exigências dos órgãos reguladores durante a construção do empreendimento e recebeu do IBAMA autorização para início da operação comercial no final de maio de 2008. Em novembro de 2012, foi emitida Licença de Operação Comercial para substituir definitivamente a autorização fornecida pelo IBAMA.

4. Operação Comercial

Com o empreendimento concluído e a obtenção da Autorização de Operação Comercial emitida pelo IBAMA no final de maio de 2008, a INTESA passou a operar dentro do Sistema Interligado Nacional e passou a ter direito à remuneração pela prestação do serviço público de transmissão de energia.

O valor anual líquido desta receita (não inclui PIS/PASEP e COFINS) ofertado no leilão, foi de R\$ 67,05 milhões, base junho de 2005, que são corrigidos anualmente pelo IPCA, que em junho de 2019, base para o ciclo 2019/2020, somados aos reforços e melhorias que entraram em operação comercial ao longo deste tempo, correspondem a R\$ 182,1 milhões.

4. Desempenho Econômico – Financeiro

As demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Essa forma de apresentação não é reconhecida pelo órgão regulador - ANEEL, obrigando a companhia a manter os dois registros em seus sistemas.

Abaixo um resumo dos principais números da Companhia:

Contabilidade Societária				
	2019	2018	2017	2016
Receita Operacional Bruta	562.135	233.215	147.716	116.096
Receita Operacional Líquida	488.394	207.995	131.890	101.115
EBITDA (Não auditado)	437.711	151.438	78.765	78.600
Lucro Líquido	299.316	111.256	58.394	54.337
Ativo Total	1.272.846	880.670	624.765	633.523
Dívida Total	505.897	201.998	89.541	119.849
Patrimônio Líquido	450.242	524.089	419.796	403.287
Margem Líquida	61,29%	53,50%	44,30%	53,70%

* * *

Conselho de Administração

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Tinn Freire Amado

Carla Ferreira Medrado

Humberto Soares Filho

Conselho Fiscal

Geovane Ximenes de Lira

Tatiana Queiroga Vasques

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Reinaldo Weber Bezerra

Letícia Conceição Barbosa

Josivânio Alencar Santos

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC PE 012996-O-3 S-MA



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
Integração Transmissora de Energia S.A.
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Integração Transmissora de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com clientes

Veja a nota explicativa nº 9, das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2019 o ativo de contrato no ativo circulante e não circulante no montante total de R\$ 1.051.058 mil e

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de

<p>receita de construção no montante de R\$ 68.210 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia é registado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, que requer o exercício de julgamento sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos da Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores, do julgamento significativo e das estimativas envolvidas, consideramos a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção que pode impactar na divulgação das demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (ii) a avaliação, consultando especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria, identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo de contrato e da receita de construção, os quais foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados materiais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>
--	--

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 15 de junho de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 S-CE



Marcelo Pereira Gonçalves

Contador CRC 1SP220026/O-3

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.554	135.424	96
Investimentos de curto prazo	7	145.615	55.143	24.764
Contas a receber		18.180	19.484	21.309
Impostos e contribuições a recuperar		752	3.435	533
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	8	5.664	2.621	341
Ativo de contratos	9	177.618	175.329	156.020
Serviços próprios - P&D		5.171	-	659
Adiantamento a fornecedores	10	25.141	-	-
Outros ativos		983	6.609	422
Total do ativo circulante		415.678	398.045	204.144
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários		-	-	11.485
Impostos e contribuições a recuperar		-	207	-
Depósitos judiciais		33	32	6
Ativo de contratos	9	873.440	822.357	782.359
Imobilizado		211	281	332
Intangível		663	663	-
Total do não ativo circulante		874.347	823.540	794.182
Total do ativo		1.290.025	1.221.585	998.326

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Circulante				
Fornecedores	11	27.745	4.410	6.562
Empréstimos e financiamentos		-	-	31.822
Obrigações sociais e trabalhistas		1.129	-	-
Debêntures	12	6.070	2.124	-
Dividendos propostos	13	33.021	16.062	10.885
Impostos e contribuições a recolher		1.898	2.056	1.456
Impostos e contribuições sobre o lucro		13.834	4.351	2.738
Incentivos fiscais a pagar		539	539	-
Encargos setoriais	14	4.875	3.930	3.713
Outros passivos		548	1.122	1.454
Total do passivo circulante		89.659	34.594	58.630
Não circulante				
Debêntures	12	499.827	199.874	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	57.719
Impostos e contribuição social diferidos	16	150.778	154.385	144.550
PIS e COFINS diferidos	17	101.907	84.699	79.963
Incentivos fiscais		12.451	12.990	13.922
Total do passivo não circulante		764.963	451.948	296.154
Patrimônio líquido				
Capital social	19	18.556	188.556	170.000
Reserva de incentivos fiscais		97.388	75.543	59.054
Reserva de lucros		319.459	470.944	414.488
Total do patrimônio líquido		435.403	735.043	643.542
Total do passivo e patrimônio líquido		1.290.025	1.221.585	998.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20	195.150	202.358
Custo dos serviços prestados	21	(48.046)	(53.102)
Lucro bruto		147.104	149.256
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	21	(2.514)	(3.476)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		144.590	145.780
Receitas financeiras	22	12.594	4.103
Despesas financeiras	22	(32.871)	(8.915)
Resultado financeiro líquido		(20.277)	(4.812)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		124.313	140.968
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(21.617)	(19.247)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	3.848	(14.158)
		(17.769)	(33.405)
Lucro líquido do exercício		106.544	107.563
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,6267	0,6327
Média ponderada de ações em circulação durante o exercício		170.000	170.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	106.544	107.563
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>106.544</u>	<u>107.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucro	Reserva de lucro a realizar	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 1º de janeiro de 2018, como previamente divulgado	170.000	59.054	18.556	172.186	-	-	-	419.796
Adoção inicial do CPC 47/IFRS15, líquido de impostos (Nota 5)	-	-	-	-	223.746	-	-	223.746
Saldo reapresentado em 1º de janeiro de 2018	170.000	59.054	18.556	172.186	223.746	-	-	643.542
Aumento de capital social	18.556	-	(18.556)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	107.563	107.563
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 19)	-	-	-	-	38.657	-	(38.657)	-
Constituição de reserva legal (Nota 19)	-	-	5.378	-	-	-	(5.378)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 2.2)	-	16.489	-	-	-	-	(16.489)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 13)	-	-	-	-	-	-	(16.062)	(16.062)
Dividendos adicionais propostos a pagar (Nota 19)	-	-	-	-	-	30.977	(30.977)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	188.556	75.543	5.378	172.186	262.403	30.977	-	735.043
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	106.544	106.544
Redução do capital social (Nota 19)	(170.000)	-	-	-	-	-	-	(170.000)
Destinação do lucro:								
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 2.2)	-	21.845	-	-	-	-	(21.845)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (Nota 19)	-	-	-	-	84.699	-	(84.699)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios (Nota 15)	-	-	-	-	(33.021)	-	-	(33.021)
Distribuição de dividendos adicionais (Nota 19)	-	-	-	(172.186)	-	(30.977)	-	(203.163)
Dividendos adicionais propostos a pagar (Nota 19)	-	-	-	-	(99.062)	99.062	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	18.556	97.388	5.378	-	215.019	99.062	-	435.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	106.544	107.563
Ajuste para:		
Depreciação	70	60
Encargos e variação monetária sobre debêntures	29.326	8.230
Margem de construção	(47.158)	(37.649)
Receita de remuneração do ativo contratual	(130.889)	(122.244)
PIS e COFINS diferidos	19.685	19.025
Imposto de renda e contribuição social corrente	21.617	19.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.848)	14.158
	<u>(4.653)</u>	<u>8.390</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais		
Ativo de contrato	(34.810)	(82.851)
Remuneração recebida de ativo de contrato	176.633	157.845
Tributos e contribuições compensáveis	(153)	(5.389)
Serviços próprios - P&D	(5.171)	-
Adiantamento a fornecedores	(15.517)	-
Outros ativos	5.626	(2.485)
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(2.112)	(2.152)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.129)	-
Impostos e contribuições a recolher	(158)	7.500
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(379)	-
Outros passivos	(169)	(510)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>118.008</u>	<u>80.348</u>
Juros pagos de debêntures	(20.997)	(6.090)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.755)	(15.729)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>85.256</u>	<u>58.529</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações em investimento de curto prazo	(90.472)	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	36.249
Aquisição de ativo imobilizado	-	(672)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(90.472)</u>	<u>35.577</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos aos acionistas	(219.225)	(10.885)
Redução de capital social	(170.000)	-
Amortização de financiamentos	-	(89.683)
Captação de debêntures	395.571	200.000
Amortização do principal de debêntures	(100.000)	(3.067)
Caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(93.654)</u>	<u>96.365</u>
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(98.870)</u>	<u>190.471</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	135.424	96
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	36.554	190.567
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(98.870)</u>	<u>190.471</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Receitas		
Remuneração do ativo contratual	130.889	122.244
Receita de O&M	17.436	16.745
Receita de construção	68.210	76.336
Ativo de contrato - Ganho de realização	12.167	-
Outras receitas	10.457	11.721
	<u>239.159</u>	<u>227.046</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Material de consumo		
Serviços de terceiros		
Custo de construção	(33.219)	(38.687)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.543)	(12.978)
Valor adicionado bruto	<u>(45.762)</u>	<u>(51.665)</u>
Amortização	(123)	(30)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>193.274</u>	<u>175.351</u>
Valor adicionado em transferência		
Receitas financeiras	12.594	4.103
Valor adicionado total a distribuir	<u>205.868</u>	<u>179.454</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	3.708	3.722
FGTS	210	241
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	54.997	52.429
INSS	736	713
Estadual		14
Municipais	5	-
Encargos do Setor	6.774	5.131
Taxa de Fiscalização Aneel	-	519
Financiadores		
Despesas financeiras	29.326	1.998
Outras despesas financeiras	3.545	811
Juros BNDES	-	6.106
Alugueis	23	207
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido do exercício	<u>106.544</u>	<u>107.563</u>
Valor adicionado	<u>205.868</u>	<u>179.454</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Intesa”), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, constituída em 20 de dezembro de 2005, tem por objetivo a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela linha de transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizada nos Estados de Tocantins e Goiás, que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

2 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2006-ANEEL, assinado em 27 de abril de 2006, celebrado entre a União (Poder Concedente) e firmado com a Integração Transmissora de Energia S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

Na sua entrada em operação, a Companhia teve uma Receita Anual Permitida (RAP) inicial de R\$ 65.349, sendo esta reajustada anualmente. A partir do décimo sexto ano de operação comercial, a RAP da Companhia será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a RAP faturada (por intermédio dos Avisos de Crédito - AVC) mais os valores não arrecadados pelo mesmo que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE aos usuários do sistema de transmissão foi de R\$ 181.997.

Abaixo, as instalações de transmissão da Companhia, conforme contrato de concessão:

Trecho	Extensão		
	Kv	Km	Estado
Colinas- Miracema	500	173	TO
Miracema - Gurupi	500	255	TO
Gurupi -Peixe 2	500	72	TO
Peixe 2 - Serra da Mesa 2	500	195	TO/GO
Extensão total da concessão		695	

2.1 Reforço dos bancos de capacitores

Por solicitação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia realizou um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.906 de 21/06/16, que foi concluído em janeiro de 2018. Esse reforço consistiu na troca do Banco de Capacitores Série – BCS, existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800A para um BCS de 2.500A. Esse investimento é parte de um projeto maior, quando haverá a troca de todos os BCS da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas linhas de transmissão já existentes.

Em 28 de março de 2017, foi emitida a Resolução Autorizativa ANEEL nº 6259, que abrange o reforço nas subestações de Miracema e Gurupi, conforme detalhados a seguir:

O reforço para subestação de Miracema, concluído em novembro de 2018, consistiu na substituição de uma unidade do Banco de Capacitores com capacidade de 1.667A para um BCS de 2.250A, e uma unidade Reserva para Reator de Barra 550kV, cuja implantação nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 40.000; e,

O reforço para subestação de Gurupi, concluído em outubro de 2019, consistiu na substituição de duas unidades de Banco de Capacitores com capacidade de 1.667 A para um BCS de 2.250 A, cuja implantação completa nessa subestação terá um custo total estimado de R\$ 60.000.

2.2 Benefícios fiscais

Redução de ICMS

A Companhia goza de incentivo fiscal, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial- TARE nº 1956/2007 firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas de importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão sendo mensalmente amortizados pelo prazo do Contrato de Concessão.

Subvenção do imposto de renda

Em 31 de dezembro de 2018 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM emitiu o Laudo Constitutivo nº 201/2018, que outorga a Companhia a redução do imposto de renda em 75%, sob a justificativa de modernização total de suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2018 a 2027.

2.3 Licença ambiental

A Companhia conta com a licença de operação nº 1108/2012, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com validade pelo período de oito anos, contados a partir de sua assinatura - 28 de novembro de 2012, que autoriza a operação da linha de transmissão 500kv Colinas – Serra da Mesa 2.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e também Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 15 de junho de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativa

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas nº 9 (Ativos de contrato) e nº 20 (Receita operacional líquida) - A

Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A taxa aplicada ao ativo contratual é a estabelecida no início do projeto e representa a estimativa da Companhia para a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. Ao prestar os serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura considerando os custos, encargos e margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto.

- **Nota explicativa nº 18 (Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas) -** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.
- **Nota explicativa nº 23 (Instrumentos financeiros)-** definição do valor justo por meio de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.
- **Nota explicativa nº 16.2 (Impostos de renda e contribuições sociais diferidos) -** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao diretor financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros;

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

4.1 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas financeiras de captação, de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

4.2 Ativos de Contrato - Receita de Contratos com Clientes

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura e este fluxo de recebimentos é remunerado em componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto (taxa de desconto regulatória – 8,45% a.a.) e atualizado por componente de inflação de projeções futuras baseados no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas ao atendimento do serviço de construção, operação e manutenção do empreendimento.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento das contribuições PIS (Contribuição para o Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um recebível sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes)- instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA.

*Instrumentos
patrimoniais a VJORA*

No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 (R1)/ IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamental. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção

governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. Para maiores detalhes sobre subvenções governamentais aplicáveis a Companhia vide nota explicativa nº 2.1.

4.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia informa que no período em questão não houve perdas por redução ao valor recuperável.

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se:

- Possuir o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Houver a pretensão de liquidação em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.7 PIS e COFINS diferidos

O empreendimento está em fase de construção, e devido a isso as únicas receitas são a de construção e a de remuneração do ativo de contratos, incidindo sobre essas a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) diferidos, com a alíquota de 9,25%. A liquidação destas obrigações ocorre a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão

4.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

4.9 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas voluntariamente como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, pois é aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.10 Reconhecimento da receita

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Receita de construção

As receitas de infraestrutura, que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica, são reconhecidas aplicando-se a margem projetada, prevista no início do contrato, sobre os gastos incorridos e calculadas acrescentando as alíquotas de PIS e COFINS

(b) Remuneração do ativo de contrato de concessão

Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre o ativo contratual, registra-se uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de juros definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente ao final da concessão.

(c) Receita de operação e manutenção (O&M)

É decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão (acrescidos da margem projetada), cujo reconhecimento das receitas ocorre após o término da fase de construção.

4.11 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante (vide nota explicativa nº 13).

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da lei nº. 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados na conta de reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido no encerramento do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.12 Principais mudanças nas políticas contábeis

Uma série de outras novas normas também entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, conforme descritas abaixo:

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 – Arrendamentos, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e ICPC 03/IFRIC 4 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

No início de um contrato, a Companhia avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor (ativos com valor inferior à US\$ 5 mil), e/ou (ii) são arrendamentos de curto prazo (com prazo inferior à 12 meses), incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Avaliação da administração

Com base na avaliação da Administração, no estudo da aplicabilidade e nos critérios da norma estabelecida, em 1º de janeiro de 2019, pela adoção da CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia chegou à conclusão de que os impactos foram imateriais, fazendo com que não haja nenhum ajuste nesta demonstração financeira.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/ IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, mensurando e reavaliando aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia à riscos face a incerteza do seu tratamento tributário. A análise se estendeu aos processos tributários administrativos e judiciais que poderiam incorrer em alteração na apuração dos referidos tributos. Após as análises concluiu que não possui procedimentos tributários incertos, não havendo ajustes relacionado ao ICPC 22/IFRIC 23 em sua Demonstração Financeira.

4.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

5 Reapresentação de saldos comparativos

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adequou alguns parâmetros da modelagem contábil inicialmente adotada nos seus projetos para refletir as melhores práticas de mercado de empresas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, em linha com os entendimentos mantidos pelo regulador em discussões com a participação de representantes da Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), ao preparar as demonstrações financeiras de 2019. Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 1º de janeiro de 2018 e as demais demonstrações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reapresentadas em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As respectivas apresentações estão demonstradas abaixo:

(i) Balanço patrimonial

Balancos patrimoniais em 01 de janeiro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Contas a receber (a)	-	21.309	21.309
Ativo financeiro da concessão (a)	157.699	(157.699)	-
Ativo de contrato (a)	-	156.020	156.020
Outros	26.815	-	26.815
Total do ativo circulante	184.514	19.630	204.144
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão (a)	428.428	(428.428)	-
Ativo de contrato (a)	-	782.359	782.359
Outros	11.823	-	11.823
Total do ativo não circulante	440.251	353.931	794.182
Total do ativo	624.765	373.561	998.326
Passivo			
Circulante			
Outros	58.630	-	58.630
Total do ativo circulante	58.630	-	58.630
Não Circulante			
PIS e COFINS diferidos (a)	45.410	34.553	79.963
Imposto de renda e contribuições social diferidos (a)	29.287	115.263	144.550
Outros	71.642	(1)	71.641
Total do passivo não circulante	146.339	149.815	296.154
Patrimônio líquido			
Capital social	170.000	-	170.000
Reserva legal	18.556	-	18.556
Reserva de lucros a realizar (a)	-	223.746	223.746
Demais reservas	231.240	-	231.240
Total do patrimônio líquido	419.796	223.746	643.542
Total do passivo e patrimônio líquido	624.765	373.561	998.326

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018*(Em milhares de Reais)*

	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Ativo financeiro da concessão (a)	226.332	(226.332)	-
Contas a receber (a)	-	19.484	19.484
Ativo de contrato (a)	-	175.329	175.329
Outros	203.232	-	203.232
Total do ativo circulante	429.564	(31.519)	398.045
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão (a)	371.614	(371.614)	-
Ativo de contrato (a)	78.309	744.048	822.357
Outros	1.183	-	1.183
Total do ativo não circulante	451.106	372.434	823.540
Total do ativo	880.670	340.915	1.221.585
Passivo			
Circulante			
Outros	34.594	-	34.594
Total do ativo circulante	34.594	-	34.594
Não Circulante			
PIS e COFINS diferidos (a)	54.967	29.732	84.699
Imposto de renda e contribuições social diferidos (a)	54.156	100.229	154.385
Outros	212.864	-	212.864
Total do passivo não circulante	321.987	129.961	451.948
Patrimônio líquido			
Capital social	188.556	-	188.556
Reserva legal (a)	5.563	(185)	5.378
Reserva de lucros a realizar (a)	51.264	211.139	262.403
Demais reservas	278.706	-	278.706
Total do patrimônio líquido	524.089	210.954	735.043
Total do passivo e patrimônio líquido	880.670	340.915	1.221.585

(ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018***(Em milhares de Reais)*

	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita líquida (a)	207.955	(5.597)	202.358
Custo dos serviços prestados	(53.102)	-	(53.102)
Lucro bruto	154.853	(5.597)	149.256
Despesas gerais e administrativas	(3.476)	-	(3.476)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	151.377	(5.597)	145.780
Resultado financeiro, líquido	(4.812)	-	(4.812)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	146.565	(5.597)	140.968
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(19.247)	-	(19.247)
Imposto de renda e contribuição social - diferido (a)	(16.062)	1.904	(14.158)
Lucro líquido do período	111.256	(3.693)	107.563
Total do resultado abrangente	111.256	(3.693)	107.563

(iii) Demonstração da mutação do patrimônio líquido**Exercício findo em 31 de dezembro de 2018***(Em milhares de Reais)*

	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	419.796	-	419.796
Capital social	188.556	-	188.556
Reserva legal (a)	5.563	(185)	5.378
Reserva de lucros a realizar (a)	51.264	211.139	262.403
Demais reservas	278.706	-	278.706
Saldos em 31 de dezembro de 2018	524.089	210.954	735.043

(iv) Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Impactos na mudança de política contábil		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
(Em milhares de Reais)			
Lucro líquido do período (a)	111.256	(3.693)	107.563
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais (a)			
Receita de operação e manutenção	(31.642)	31.642	-
Remuneração do ativo financeiro	(103.780)	103.780	-
Remuneração do ativo de contrato	(8.487)	(113.757)	(122.244)
Margem de construção	-	(37.649)	(37.649)
Pis e Cofins diferidos	9.558	9.467	19.025
Imposto de renda e contribuição social corrente	35.309	(16.062)	19.247
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	14.158	14.158
Outros	8.290	-	8.290
	(90.752)	(8.421)	(99.173)
Aumento / redução dos ativos e passivos operacionais (a)			
Ativo de contrato	(19.118)	(63.733)	(82.851)
Investimento em ativo financeiro da concessão	(77.588)	77.588	-
Remuneração recebida de ativo de contrato	159.586	(1.741)	157.845
Outros	(24.855)	-	(24.855)
	38.025	12.114	50.139
Caixa oriundo das atividades operacionais	58.529	-	58.529
Fluxo de caixa das atividades de investimento	35.577	-	35.577
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	96.365	-	96.365
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	190.471	-	190.471

(v) Demonstração do valor adicionado

	Impactos na mudança de política contábil		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receitas (a)	233.215	(6.169)	227.046
Insumos adquiridos de terceiros	(51.665)	-	(51.665)
Amortização	(30)	-	(30)
Valor adicionado líquido produzido	181.520	(6.169)	175.351
Valor adicionado recebido em transferência	4.103	-	4.103
Valor adicionado total a distribuir	185.623	(6.169)	179.454
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	3.963	-	3.963
Impostos, taxas e contribuições (a)	61.282	(2.476)	58.806
Remuneração de capitais de terceiros	9.122	-	9.122
Remuneração de capitais de próprios (a)	111.256	(3.693)	107.563
Valor adicionado distribuído	185.623	(6.169)	179.454

- (a) Efeitos da adequação de parâmetros da modelagem contábil inicialmente adotada, quando da introdução do modelo contábil da IFRS 15 / CPC 47 Receita de contrato com cliente, nos seus projetos para refletir as melhores práticas de mercado de empresas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e equivalentes (conta corrente e caixas)	238	135
Fundo Aberto	-	31.010
Fundo de Investimento (Exclusivo)		
Títulos públicos	22	-
Operações compromissadas	35.768	100.009
	35.790	100.009
Aplicação Direta		
CDB	526	4.270
Total	36.554	135.424

O caixa e equivalentes de caixa se referem a Fundos de Investimentos, CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) / IAS 7.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 103,3% a.a., (107,13% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

7 Investimentos de curto prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo de Investimento (Exclusivo)		
Cotas de fundos de investimento	127.736	-
Títulos públicos	18.001	53.650
Letra financeira	58	1.494
Contas a pagar/receber	<u>(180)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>145.615</u>	<u>55.143</u>

Os Fundos de Investimentos, que representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia.

A carteira global é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 equivale a 103,4% a.a. (107,13% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

8 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	213	489
IRPJ/CSLL a restituir (a)	5.330	1.898
IRRF/CSLL retido na fonte	<u>121</u>	<u>234</u>
	<u>5.664</u>	<u>2.621</u>

- (a) Baseado na projeção de lucro para 2020, a Companhia estima realizar a compensação do imposto de renda e contribuição social a recuperar com os impostos em questão, os mantendo assim no ativo circulante.

9 Ativos de contrato

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), remuneração recebida a partir do início da operação de transmissão até o final do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os

investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo, e por isso, são classificadas como um “Ativo de contrato”

O ativo de contrato está constituído, conforme a seguir demonstrado:

Saldo do ativo financeiro em 31 de dezembro de 2017 (transferência) (i)	564.817
Atualização da taxa de desconto (ativo de contrato versus ativo financeiro) (a)	12.181
Alocação de margem na receita de construção(b)	356.986
Alocação de margem na receita de operação e manutenção (O&M) (c)	4.395
Adoção do CPC 47 / IFRS 15 (Impacto no patrimônio líquido) (ii)	373.562
Saldo em 1º de janeiro de 2018 reapresentado (i) + (ii)	938.379
Remuneração do ativo de contrato	122.244
Receita de construção	76.337
Receita de manutenção e operação	16.745
Baixa da RAP	(156.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	997.685
Remuneração do ativo de contrato	130.889
Receita de construção e ganho de realização	80.377
Receita de manutenção e operação	17.436
Baixa da RAP	(175.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.051.058
Circulante	177.618
Não circulante	873.440

- (a) Conforme determina o parágrafo nº 64 do CPC 47, esse valor representa o impacto pela alteração da taxa de desconto variável utilizada no modelo do ativo financeiro por uma taxa fixa no modelo de ativo de contrato.
- (b) Também na adequação do CPC 47/IFRS 15, o modelo de cálculo do ativo contratual prevê que a receita de construção seja registrada acrescida de margem, fazendo com que essa receita fique maior do que a apresentada no modelo do ativo financeiro.
- (b) A receita de operação e manutenção (O&M) passou a ser registrada acrescida de margem no modelo de cálculo do ativo contratual.

10 Adiantamentos a fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a fornecedores – serviços (recapitação dos bancos de capacitores)	21.445	-
Adiantamentos a fornecedores – material (recapitação dos bancos de capacitores)	3.696	-
Total (a)	<u>25.141</u>	<u>-</u>

- (a) Aumento devido a finalização da recapitação dos bancos de capacitores de Gurupi.

Os saldos apresentados acima, referem-se a adiantamentos relacionados a materiais, equipamentos e serviços contratados para a manutenção de instalações de transmissão e a ampliação da capacidade dos bancos de capacitores. O saldo de adiantamento é abatido à medida que as notas fiscais referentes a eles são emitidas (ou seja, quando o material chega na obra ou o serviço é executado) e em sua maioria, serão finalizados em conjunto com a conclusão do segundo banco capacitor citado na nota explicativa 2.1.

11 Fornecedores

	2019	2018
Materiais	21.096	1.698
Materiais e serviços (i)	5.298	2.422
Encargos uso rede	127	148
Serviços	1.224	142
	<u>27.745</u>	<u>4.410</u>
Total	<u>27.745</u>	<u>4.410</u>

(i) Referem-se a notas fiscais que incluem tanto materiais quanto serviços

Os saldos apresentados acima, referem-se a materiais, equipamentos e serviços contratados para a manutenção de instalações de transmissão e a ampliação da capacidade dos bancos de capacitores (motivo do aumento deste saldo).

12 Debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.124	199.874	201.998
Ingressos	-	400.000	400.000
Encargos	25.689	-	25.689
Transferência	98.765	(98.765)	-
Amortização do principal	(100.000)	-	(100.000)
Pagamento de juros	(20.997)	-	(20.997)
Variação monetária	-	3.637	3.637
Custo de captação (a)	489	(4.919)	(4.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>6.070</u>	<u>499.827</u>	<u>505.897</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Ingressos	-	200.000	200.000
Encargos	2.124	-	2.124
Variação monetária	-	(126)	(126)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.124</u>	<u>199.874</u>	<u>201.998</u>

(a) Decorre dos custos incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das debêntures.

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2019	
	Valor	%
Vencimento		
Circulante	6.070	1%
2023	34.996	7%
2024	284.257	56%
Após 2024	184.257	36%
Não circulante	<u>503.510</u>	<u>100%</u>
Custo de captação - Não circulante	(3.683)	-1%
Total não circulante	<u>499.827</u>	<u>99%</u>
Total	<u>505.897</u>	<u>100%</u>

	2018	
	Valor	%
Vencimento Circulante	2.124	1%
2023	66.276	33%
Após 2023	133.598	66%
Total não circulante	199.874	99%
Total	201.998	100%

Primeira emissão de debêntures

Em 1º de novembro de 2018, a Companhia concluiu a 1ª emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, coordenada pelo Banco Itaú, no valor de R\$ 200.000, com o prazo de 84 meses em duas séries, sendo a 1ª Série no valor de R\$ 100.000 com taxa de IPCA + 5,42% a.a. e destinação dos recursos ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer em projetos de transmissão de energia; e, a 2ª Série no valor de R\$ 100.000 com taxa de CDI + 2,20% a.a. e destinação dos recursos para realização da liquidação antecipada do contrato de/ financiamento mediante a abertura de crédito nº 07.2.0333.1 firmado entre a Companhia e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDES. Na data de 24 de maio de 2019, foi realizada a liquidação total antecipada da 2ª Série. O saldo da Primeira Série será amortizado em três parcelas, ocorrendo a primeira amortização em outubro de 2023 e a última na data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 101.899 e a taxa efetiva dessa operação é de 10,23% a.a.

Segunda emissão de debêntures

Em 08 de maio de 2019, a Companhia concluiu a 2ª emissão de debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em 2 (duas) séries no montante de R\$ 400.000, sendo a 1ª série no valor de R\$ 250.000, com vencimento em março de 2024 com taxa equivalente a 109% a.a. do CDI; e a 2ª série no valor de R\$ 150.000 com vencimento em março de 2026 com taxa equivalente à CDI + 1,10% a.a. O saldo será amortizado na data de vencimento, em março de 2026. Ambas destinaram-se para capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é de R\$ 403.998 e a taxa efetiva dessa operação é de 6,76% a.a.

Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografárias), cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Covenants 1ª e 2ª emissão de debêntures	2019
1º Dívida Líquida/EBITDA: < 4,5	2,6

13 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	106.544	107.563
(-) Reserva legal	-	(5.563)
(-) Reserva fiscal	(21.845)	(16.489)
Receita não realizada - Margem Transmissoras	(127.945)	(21.258)
Realização do Ativo de Contrato	175.329	-
Base dividendos	132.083	64.253
Dividendos mínimos (25%)	33.021	16.063

A mutação dos dividendos se deu da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.885
Pagamento de dividendos	(10.885)
Dividendos propostos de 2019	16.062
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.062
Pagamento de dividendos	(16.062)
Dividendos propostos de 2020	33.021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.021

14 Encargos setoriais

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Em contra partida aos lançamentos efetuados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado como dedução da receita operacional.

A Companhia utiliza a taxa SELIC para efetuar a atualização dos saldos acumulados não aplicados de curto e longo prazo, conforme determina o manual da ANEEL.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL (a)	2019		2018	
Programa de eficiência energética	0,40%	4.715	3.783		
FNDCT	0,40%	106	98		
MME	0,20%	54	49		
Total		4.875	3.930		

(b) A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

15 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme o CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Valores a receber da Receita Anual Permitida (RAP)	2019		Efeito no resultado
	Ativo	Passivo	
Equatorial Alagoas	100	-	924
Equatorial Pará	239	-	2.161
Equatorial Maranhão	145	-	1.255
Equatorial Piauí	117	-	984
Total	602	-	5.324

Adicionalmente em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um saldo a pagar para o seu acionista, Equatorial Energia S.A o valor de R\$ 33.021 (vide nota explicativa nº 13).

Remuneração do pessoal chave da administração

Em ata da reunião do conselho da administração (RCA) de 23 de setembro de 2019, foi fixada a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 em até R\$ 84, com base nos critérios fixados no caput do art. 152, da Lei nº 6.404/76, observado o limite global ora fixado. Até 31 de dezembro de 2019 foi pago o montante de R\$ 25 aos administradores (até 31 de dezembro de 2018 foi pago o montante de R\$ 539).

	Conselho	%	Total
Números de membros	6		6
Remuneração Fixa Anual	25	100%	25
Salário ou Pró-labore	25	100%	25

16 Impostos de renda, contribuições sociais e impostos diferidos passivos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, está demonstrada conforme a seguir:

16.1 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	(Reapresentado) IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	124.313	124.313	140.968	140.968
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	31.078	11.188	35.242	12.687
Adições :				
Adições decorrentes do custo de construção - CPC 47 / IFRS 15	8.305	2.990	34.916	12.569
Adição Art. 168 IN 1700/2017 - Contrato de Concessão	48.241	17.367	-	-
Provisão para participação nos lucros	91	33	-	-
Outras provisões	220	79	-	-
Total (a)	56.857	20.469	34.916	12.569
Exclusões:				
Exclusões decorrentes do reconhecimento do ativo contratual - CPC 47 / IFRS 15	(47.895)	(17.242)	(43.888)	(15.790)
Outras provisões Permanentes	(6.802)	(2.449)	-	-
Outras exclusões	(476)	(162)	-	-
Total (b)	(55.173)	(19.853)	(43.888)	(15.790)
Despesa IRPJ/CSLL anos anteriores	(1.378)	274	-	-
(-) IRPJ subvenção governamental (i)	21.845	-	16.489	-
Total da despesa com IRPJ e CSLL no exercício	(9.539)	(12.078)	(9.781)	(9.466)
Alíquota efetiva – IRPJ e CSLL corrente	8%	2%	7%	7%

- i. A Companhia obteve, em 2009, o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% de IRPJ da receita líquida da atividade operacional.

16.2 Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	Saldo em 31/12/2018 (reapresentado)	Reconhecimento no resultado	Ajuste IFRS 15	Saldo em 31/12/2019
Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	47.485	78.620	-	126.105
Receita de Construção– CPC 47/IFRS 15	(201.870)	(74.772)	(241)	(276.883)
Total	(154.385)	3.848	(241)	(150.778)

17 PIS e COFINS diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos estão apresentados da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Reapresentado)
Base de cálculo da receita		
Receita de construção no exercício	68.210	76.337
Remuneração de ativo de contratos no exercício	130.889	122.244
Ganho / perda de realização do ativo de contrato	12.167	-
	<u>212.266</u>	<u>198.581</u>
PIS / COFINS sobre receita de construção/ativo de contrato no exercício (9,25%)	19.685	6.677
(a)		
Amortização de PIS/COFINS (b) (i)	(2.477)	(2.477)
Ajuste de IFRS 15 (c)	-	23.398
Saldo no início do exercício (reapresentado) (d)	84.699	34.855
Saldo no final do exercício (a + b + c + d)	101.907	84.699

- (i) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído na fase de construção.

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente, na esfera ambiental. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser possível a probabilidade de ocorrência de quaisquer desembolsos de caixa.

Abaixo relação dos processos, cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela administração da Companhia, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos.

A Companhia recebeu 2 autuações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por, supostamente, deixar de atender:

- Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e,
- Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.

A Companhia entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as autuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas. A Companhia com o suporte dos consultores jurídicos avaliaram a probabilidade de perdas como possível e, portanto, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram registrados quaisquer valores de provisão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há processos judiciais passivos classificados com risco de perda provável de naturezas trabalhistas, cíveis ou ambientais, em nome da Companhia.

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 18.556 (R\$ 188.556 em 31 de dezembro de 2018), representado por 170.000.000 ações ordinárias de R\$ 0,6901 cada. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Participação%
Equatorial Energia S.A.	169.999.995	100
Outros acionistas minoritários	<u>5</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>170.000.000</u></u>	<u><u>100</u></u>

Distribuição de dividendos adicionais

Foram distribuídos em março e em maio de 2019, os valores de R\$ 30.977 e R\$ 172.186, respectivamente, referentes aos dividendos adicionais e a Reserva de Retenção de Lucros, aprovados pela ata de 06 de fevereiro de 2019 da Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2018.

Redução de capital social

Em 10 de abril de 2019, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica o pleito para alterar o estatuto da Companhia, e assim reduzir o seu capital social no valor de R\$ 170.000.

Sendo assim, em 09 de agosto de 2019, o seu capital foi reduzido e distribuído a seu acionista Equatorial Energia S.A, sem alteração no número de ações.

19.2 Reserva de lucros (reapresentado)

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo dessa reserva é de R\$ 5.378 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 5.378), não houve constituição de reserva legal, pois mesmo excedeu os 20% do capital social, e essa diferença será utilizada para o aumento de capital.

b. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente (embasada no Limite do Saldo das Reservas de Lucro - Lei nº 11.638, de 2007, Art. 199), por exemplo, da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos a medida que a receita anual permitida (RAP) é realizada. Em 31 de dezembro de 2019, foi constituído o montante de R\$ 215.019 (em 31 de dezembro de 2018, R\$ 262.403) na reserva de lucros a realizar.

c. Reserva de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Foram distribuídos em março de 2019 o valor de R\$ 30.977 referente aos dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta reserva é de R\$ 99.062 (R\$ 30.977 em 31 de dezembro de 2018).

d. Reserva de retenção de lucro

Em maio de 2019, foi distribuído o valor de e R\$ 172.186 utilizando a reserva em questão, aprovados pela ata de 06 de fevereiro de 2019 da Reunião do Conselho de Administração, referentes aos lucros apurados até o exercício de 2018. Com essa distribuição, o saldo em 31 de dezembro de 2019 foi totalmente liquidado.

19.3 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por Ação) e IAS 33 (*Earnings per Share*); a tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2019	2018
		(Reapresentado)
Numerador		
Lucro líquido do exercício	106.544	107.563
Denominador		
Média ponderada de ações em circulação durante o exercício	170.000	170.000
Lucro líquido do exercício, básico e diluído, por lote de mil ações - R\$	<u>0,6267</u>	<u>0,6327</u>

20 Receita operacional líquida

	2019	2018
		(Reapresentado)
Receita de operação e manutenção (a)	17.436	16.745
Receita de construção bruta (b)	68.210	76.337
Receita de remuneração do ativo de contrato (c)	130.889	122.244
Ativo de contrato - Ganho de realização (d)	12.167	-
Outras receitas	10.456	11.721
Receita operacional bruta	<u>239.158</u>	<u>227.047</u>
Deduções da receita		
PIS/COFINS corrente	(17.544)	(12.348)
PIS/COFINS diferido	(19.685)	(6.677)
ISS	(5)	(14)
Reserva global de reversão (RGR)	(5.180)	(4.272)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.594)	(1.378)
Total das deduções	<u>(44.008)</u>	<u>(24.689)</u>
Receita operacional líquida	<u>195.150</u>	<u>202.358</u>

- (a) Esta receita é proveniente de custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, os quais são acrescidos de margem projetada. O incremento no custo da manutenção do empreendimento refletiu em um aumento na receita.
- (b) Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções iniciais do projeto, sobre o custo de construção. Como as obras foram finalizadas durante o exercício, esse valor ficou menor comparado ao exercício anterior.
- (c) Remuneração financeira proveniente da atualização do ativo de contrato, que teve variação superior ao ano anterior devido a crescimento no investimento no empreendimento.
- (d) São as variações positivas ou negativas na receita de construção e/ou receita de operação, entre a base orçada versus a base real. A Companhia gerou um ganho, pois foi eficiente no exercício.

21 Custo do serviço prestados e despesas operacionais

	2019		
	Custo do serviço prestados	Gerais e administrativas	Total
Pessoal	(3.684)	(955)	(4.639)
Administradores	-	(25)	(25)
Material	(54)	(13)	(67)
Serviços de terceiros	(11.112)	(1.328)	(12.440)
Custo de construção	(33.219)	-	(33.219)
Depreciação	(105)	-	(105)
Outros	128	(193)	(65)
Total	<u>(48.046)</u>	<u>(2.514)</u>	<u>(50.560)</u>

	2018		
	Custo do serviço prestados	Gerais e administrativas	Total
Pessoal	(3.204)	(933)	(4.137)
Administradores	-	(539)	(539)
Serviços de terceiros	(10.763)	(1.486)	(12.249)
Custo de construção	(38.687)	-	(38.687)
Arrendamento e aluguéis		(205)	(205)
Outros	(448)	(313)	(761)
Total	(53.102)	(3.476)	(56.578)

22 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	11.680	4.080
Acréscimos moratórios	-	23
Outras receitas financeiras	914	-
Total de receitas financeiras	12.594	4.103
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos, financiamentos	-	(6.233)
Encargos sobre debêntures	(25.689)	(2.228)
Variação monetária de debêntures	(3.637)	-
Outras despesas financeiras	(3.545)	(454)
Total de despesas financeiras	(32.871)	(8.915)
Resultado financeiro, líquido	(20.277)	(4.812)

23 Instrumentos financeiros

23.1 Considerações gerais

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, cujo controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

23.2 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
		Contábil	Mercado	(Reapresentado)	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	36.554	36.554	135.424	135.424
Contas a receber	Custo amortizado	18.180	18.180	19.484	19.484
Investimento de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	145.615	145.615	55.143	55.143
Total do ativo		200.349	200.349	210.051	210.051

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2019		2018	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedores	Custo amortizado	27.245	27.245	4.410	4.410
Debêntures	Custo amortizado	505.897	526.060	201.998	201.998
Total do passivo		533.142	553.305	206.408	206.408

Caixa e equivalente de caixa - são classificados como custo amortizado.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais

Investimentos de curto prazo – são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como custo amortizado.

Debêntures - são classificadas como custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

23.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades.

Risco de crédito

A atividade de transmissão é não competitiva. Não existe competição entre empresas (existe entre investidores, para obtenção da concessão).

O preço é regulado (tarifa) e denominado receita anual permitida (RAP). A Companhia não pode negociar preços com usuários A receita RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano em períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários da transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes.

Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão (RAP) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda.

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre as debêntures captadas pela Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 12.

A seguir, estão os vencimentos de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras:

	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Debêntures	505.897	695.490	-	27.653	28.840	425.144	213.853
Fornecedores	27.745	27.745	27.745	-	-	-	-
Total	533.642	723.235	27.745	27.653	28.840	425.144	213.853

Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. A seguir, demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros da Companhia.

A sensibilidade dos ativos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)					
		Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Investimento de curto prazo	CDI	145.615	152.124	153.755	155.386	150.493	148.877
Impacto no resultado				1.631	3.262	(1.631)	(3.247)
Passivos Financeiros							
Debêntures	CDI	(405.661)	(423.794)	(428.337)	(432.881)	(419.251)	(414.748)
Impacto no resultado				(4.543)	(9.087)	4.543	9.046
	IPCA	(104.665)	(104.665)	(109.480)	(105.869)	(107.072)	(103.461)
Impacto no resultado				(1.204)	(2.407)	1.204	2.407
Efeito líquido no resultado				(4.116)	(8.232)	4.116	8.206
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 2019	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		4,47	5,98	5,59	6,71	3,35	2,24
IPCA (% 12 meses)		4,60	4,31	5,75	6,90	3,45	2,30

Fonte: B3

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da Receita Anual Permitida – RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica.

Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração.

Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos

inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia.

Riscos ambientais

A política nacional do meio ambiente determina que o funcionamento regular das atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. A Companhia, em consonância com as determinações legais vigentes, busca o atendimento na íntegra, a todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais necessárias para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção da linha de transmissão.

23.4 Gestão de capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

Dívida líquida/EBITDA (lucro operacional + depreciação)

Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)

Dívida de curto prazo/dívida total

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

24 Transações sem efeito caixa - Demonstrações dos fluxos de caixa

O CPC 03 (R2) / IAS 7 – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Dividendos mínimos obrigatórios (a)	<u>(33.021)</u>
Total	<u><u>(33.021)</u></u>

(a) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício, vide nota explicativa nº 4.11

25 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Ramo	Vencimento das apólices	Importância segurada
Automóvel	30/04/2020	(a)
Riscos nomeados operacionais	30/04/2020	197.795
Responsabilidade civil geral	30/04/2020	10.000

(a) Conforme a apólice, este seguro é apenas contra terceiros, ou seja, não há importância segurada.

O contrato de concessão, firmado entre a Companhia e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que, durante o prazo de vigência da concessão, fica a Companhia obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das instalações de transmissão. A Companhia assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

26 Eventos Subsequentes

(a) Impacto do surto do COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em março de 2020 foi declarada pela OMS a pandemia da Covid-19. Desde então, a Companhia tem acompanhado a propagação do vírus no Brasil e no mundo e seus impactos na economia. Até o momento da divulgação da demonstração financeira, não foi observado nenhum impacto relevante e significativo capaz de alterar a mensuração dos ativos e passivos da Companhia para as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda não é possível mensurar os eventuais futuros impactos financeiros e econômicos que o Covid-19 possa causar, contudo a Companhia continuará monitorando a evolução da situação e seus impactos e por ser uma empresa regulada tem o seu equilíbrio econômico e financeiro garantido no contrato de concessão.

A Companhia tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens nacionais e internacionais, adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. A Companhia continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores.

Dentre os possíveis efeitos que ainda não podem ser mensurados citamos a possibilidade de: redução de faturamento, arrecadação e conseqüente impacto no fluxo de caixa operacional e de indicadores financeiros e operacionais. Adicionalmente, a redução abre espaço para a revisão do ritmo de obras para investimento, possibilitando uma desaceleração. Essas ocorrências caracterizam-se como caso fortuito/força maior e para mitigar tal efeito, com base no princípio jurídico fato do príncipe, a concessionária poderá acionar a ANEEL, seguindo o rito previsto em seu contrato de concessão para solicitar o reequilíbrio econômico e financeiro da concessão.

Vale lembrar que a presente situação não se restringe à Companhia, mas afeta todo o setor de energia elétrica. Situações similares já foram vivenciadas (acionamento de 2001 e 2002, e efeitos da MP nº 579/2012) no passado, e ensejaram a construção de soluções sistêmicas, que preservaram o equilíbrio econômico e financeiro do setor como um todo. Assim, além do mecanismo individual de reequilíbrio, é natural que se tenha uma solução sistêmica, capitaneada pelo Governo Federal.

A Companhia trabalha com uma política de caixa conservadora, que busca manter a liquidez robusta, mediante a realização de aplicações em instituições financeiras de primeira linha e em operações com baixo risco de crédito, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros.

(b) Contrato de compartilhamento

A Superintendente de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do despacho nº. 563 de 21 de fevereiro de 2020, anuiu previamente à celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura a ser firmado entre as partes relacionadas Equatorial Energia S.A., Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Para Distribuidora de Energia S.A. Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A., Equatorial Transmissão S.A., Equatorial Transmissora 1 SPE S.A., Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., Equatorial Transmissora 3 SPE S.A., Equatorial Transmissora 4 SPE S.A., Equatorial Transmissora 5 SPE S.A., Equatorial Transmissora 6 SPE S.A., Equatorial Transmissora 7 SPE S.A., Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. e a Integração Transmissora de Energia S.A., nos termos da minuta de contrato analisada.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Junior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Humberto Luís Queiroz Nogueira

Sérvio Túlio dos Santos

Carla Ferreira Medrado

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Humberto Soares Filho

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira

Diretor

Geovane Ximenes de Lira

Gerente de Contabilidade e Tributos

Contador

CRC PE 012996-O-3 S-MA